

A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTATAL PARA O TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO: O CASO DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA-BA.

Ana Maria de Jesus Freitas¹; Ednusia Moreira Carneiro Santos²

1. Bolsita PROBIC, Graduando em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: ana_mariafsa@hotmail.com

2. Orientador, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: nusiafs@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: MOVIMENTOS SOCIAIS, PLANEJAMENTO, PARTICIPAÇÃO.

INTRODUÇÃO

Desde o ano de 2007 o governo Jaques Wagner no estado da Bahia vem propondo um modelo de planejamento e execução de políticas públicas que difere daqueles adotados em gestões anteriores, entre tantos aspectos, no que diz respeito à maior articulação do Estado com a sociedade civil, possibilitando um diálogo mais amplo nos 26 territórios de identidade instituídos como unidades de planejamento. Este modelo mais democrático de gestão estatal conta com a participação de representantes de variados segmentos da sociedade na elaboração do Plano Plurianual (PPA) que define as diretrizes para ações futuras.

Na problemática desta investigação se opta por destacar a atuação dos movimentos sociais neste processo de construção mais democrático, como entidades que representam as inquietações, necessidades e pretensões de grupos da sociedade civil, sendo essa escolha muito fundamentada na importante trajetória de luta de alguns movimentos pela conquista deste “espaço” de diálogo com o Estado.

Tendo em vista a possibilidade de essas entidades contribuírem para a redução dos desequilíbrios e desigualdades, tão marcantes em todo o território do estado da Bahia e uma das preocupações mais latentes entre as expressas no atual Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável vinculado ao PPA, esta pesquisa se dedica a investigar como se estrutura a participação dos movimentos sociais em três momentos essenciais para a elaboração do plano de ação estatal: na concepção; na definição de prioridades para a ação e no acompanhamento da efetividade de programas e projetos nos lugares onde atuam.

Cabe nesta pesquisa a análise da primeira fase da implantação deste modelo de planejamento na Bahia, uma vez que o período de atuação deste PPA Participativo é previsto para 2008-2011, sendo que o governador Jaques Wagner já se encontra no seu segundo mandato, onde novos contornos podem se delinear, dando espaço para a investigação em outro momento, de acordo com as diretrizes definidas para tal.

O recorte para a análise no Portal do Sertão vem contemplar a necessidade de se lançar um olhar sobre um território cujo alguns dos municípios que o compõe ganham destaque em determinados setores no cenário estadual, como a indústria, o comércio e serviços no município de Feira de Santana, mas dos quais pouco ainda se divulga em termos de organização social. Assim sendo, com esta proposta se almeja colaborar para um maior conhecimento nesta área, bem como para o avanço da participação e da representatividade dos movimentos sociais no âmbito estadual.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa será feito, em um primeiro momento, uma revisão de literatura sobre os temas: planejamento, políticas públicas, movimentos sociais e participação, para a montagem do referencial teórico e realizada pesquisas bibliográficas e coleta de dados secundários em meio digital acerca dos movimentos sociais “mais atuantes” no município de Feira de Santana.

Posteriormente serão feitas saídas a campo para realizar entrevistas com representantes do Território Portal do Sertão que sejam ligados a movimentos sociais, com intuito de perceber se estes participaram ativamente do processo de construção das diretrizes para o Estado nas plenárias do PPA Participativo 2008-2011, expondo as necessidades das comunidades que representam. Se intenciona também, com estas entrevistas, perceber se estes movimentos sociais se preocupam com a efetividade dos projetos e programas definidos, mantendo o diálogo com o Estado.

Já com as entrevistas concluídas e os dados necessários colhidos, segue a análise das informações e, a partir dos diagnósticos feitos de acordo com os objetivos da pesquisa, será elaborado o relatório final com os resultados encontrados, devendo ser divulgado em seminários e disponibilizado em outros meios, a fim de ampliar as discussões sobre a temática proposta.

DISCUSSÃO

O Plano Plurianual, instituído na Bahia para o período de 2008/2011 estabeleceu as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estatal para as despesas de capital. Deste modo, é possível situá-lo no âmbito das políticas públicas, como medidas de intervenção por parte do Estado meramente administrativas, ou que venham a envolver orçamento público (BONETI, 2007).

Como em todo e qualquer processo de formulação de políticas públicas, a construção do Plano Plurianual 2008/2011 envolveu “agentes de poder” criados na dinâmica das relações sociais, políticas e produtivas da sociedade civil. Entretanto, o que difere esta iniciativa de outras estabelecidas para fins de planejamento no Estado da Bahia é o fato de ser estruturado como “Participativo”, no sentido de que os agentes definidores atuaram não apenas influenciando as tomadas de decisão de acordo com seus interesses, mas também colaborando de maneira mais efetiva e transparente. Assim sendo, representantes dos mais variados segmentos como cooperativas, ONGs, fóruns, conselhos, movimentos sociais (objeto desta investigação), entre outros, puderam sugerir propostas e decidir sobre os temas prioritários para os 26 Territórios de Identidades. O documento oficial do PPA Participativo destaca a importância desta iniciativa ao constatar que

O processo tradicional de elaboração dos orçamentos públicos é inacessível à cidadania, estabelecendo uma distância intransponível entre governo e sociedade, orientando estes instrumentos unicamente para critérios de validade tecnicista, sem diálogo com a comunidade, a principal beneficiária das ações governamentais. (BAHIA, 2008, P.63)

O mesmo documento vai ainda além quando entende que a participação da sociedade no PPA 2008-2011 altera a cultura de submissão do indivíduo, estabelecendo uma relação horizontal entre os sujeitos sociais (BAHIA, 2008).

Entretanto, uma análise mais detalhada deste processo deve considerar a “participação” em seu sentido mais amplo, uma participação política que, segundo Toni,

[...] se relaciona diretamente com o Estado e dialoga com as formas de organização da vida em sociedade e sua reprodução. Alimenta-se da participação corporativa e eleitoral, mas vai além delas porque questiona e formula novos consensos sociais, formaliza conquistas de direitos universais que afetam o conjunto de uma população, sociedade, nação. O que distingue os cidadãos nesta modalidade participativa não é seu lugar na estrutura social, sua origem de classe ou estoque de riqueza mas as diferentes visões globalizantes dos problemas comuns a todos e das soluções e estratégias propostas, portanto, da essência do próprio debate político democrático ou da gestão coletiva dos conflitos (2009, pag. 3-4).

Um processo participativo nesta perspectiva implica o estabelecimento de vários estágios de implantação, onde se podem destacar os fundamentais como a fase de legitimação, estágio inicial que supõe a legitimação do processo da participação como um processo decisório de governo e como locus de apresentação de demandas sociais e deliberação participativa de ações públicas (TONI, 2009), etapa já finalizada no contexto do Plano Plurianual Participativo 2008/2011; a fase de efetividade na qual começam a surgir programas e agendas intersetoriais que abrangem a totalidade do território, etapa também já finalizada; e a fase de institucionalização, na qual criam-se novas estruturas de gestão, monitoramento e avaliação das ações de governo, etapa ainda em construção, e um dos principais focos desta investigação, pois, conforme entende Toni (2009, p.19)

Se os participantes não tiverem mecanismos de responsabilização pelos resultados esperados do planejamento, não há participação, no máximo o que ocorre é uma “encenação participativa”, um engodo. Se não há como cobrar e prestar contas, a própria necessidade do planejamento – como método de governo – se desvanece e torna-se desnecessária.

A análise do documento da articulação de Movimentos Sociais na Bahia para continuidade do diálogo com o Governo Estadual (2007, p.2) para o Ciclo orçamentário do PPA Participativo 2008-2011 indica uma percepção bem avançada dos movimentos sociais, entidades do movimento popular, articulações, ONGs e organismos sindicais em relação ao que se concebe como participação, a ler-se pela seguinte consideração:

[...] entendemos que participar não é só discutir uma parte do orçamento (políticas sociais e compensatórias) é compreender e interferir no todo. Participar é interferir, influir politicamente, partilhar poder e responsabilidade. O Estado não age sozinho! É preciso ler no orçamento quem está agindo junto com ele, quais os setores que tem maior influência política e econômica, pois é para esses setores que vão os recursos. Participar é conflito, é radicalizar a democracia, é disputa de concepções de desenvolvimento, e busca de viabilidade financeira para projetos populares emancipatórios.

Percebe-se, deste modo, que em linhas gerais, a sociedade civil organizada, representada pelas entidades já citadas, apresenta uma mudança de postura no que tange a interlocução com o Estado, que pode inclusive estar relacionada à mudança do caráter neste processo de planejamento mais democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se inferir que a própria participação dos movimentos sociais no contexto do planejamento do Estado, na primeira etapa do processo participativo, trazido por Toni (2009), a fase de legitimação, já representa um avanço em termos de articulação política, sobretudo pelo restrito espaço que se tinha em outras gestões, pelo caráter desta articulação e pelo alcance que atinge. Cabe ainda analisar, de forma mais específica, a participação dos movimentos sociais do município de Feira de Santana, em cada fase deste processo contínuo e não pontual, que não se finda na elaboração, mas se estende até a institucionalização.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Plano Plurianual (2008-2011)**. Salvador, 2008.

BAHIA. **CartilhaPPA**. Disponível em: <http://www.pparticipativo.ba.gov.br/downloads/cartilha_ppa.pdf>. Acesso em: 23 fev. de 2011.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por Dentro**. Ed. Unijuí,: Ijuí, 2007.

DOCUMENTO DA ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA BAHIA PARA CONTINUIDADE DO DIÁLOGO COM O GOVERNO ESTADUAL. Disponível em: http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/11_doc2_movsociais_govba.pdf. Acesso em 21 fev. 2011.

TONI, Jakson de. **PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO: POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS ALTERNATIVAS**. 2009. Disponível em http://www.seplag.rs.gov.br/upload/Painel_14_Jackson_De_Toni_formatado.pdf. Acesso em 08 ago. 2011